

SOCIOLOGIA:

Das Ausências às Emergências

Alexsandro Teixeira Ribeiro
(Organizador)



Atena
Editora

Ano 2021

SOCIOLOGIA:

Das Ausências às Emergências

Alexsandro Teixeira Ribeiro
(Organizador)



Atena
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa

Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará

Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Sidney Gonçalo de Lima – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo

Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Sociologia: das ausências às emergências

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Alessandro Teixeira Ribeiro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S678 Sociologia: das ausências às emergências / Organizador Alessandro Teixeira Ribeiro. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-970-7

DOI 10.22533/at.ed.707211504

1. Sociologia. I. Ribeiro, Alessandro Teixeira (Organizador). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Combater a ausência a partir da emergência. Boaventura de Sousa Santos, um dos principais sociólogos da atualidade, aborda em seu pensamento a necessária quebra da colonização e da razão indolente, para o estabelecimento de um paradigma norteado pela multiplicidade de identidades e pela atuação contra-hegemônica a partir da abordagem do cosmopolitismo.

Esta perspectiva sociológica é o que norteia a edição da presente obra intitulada “Sociologia: Das Ausências às Emergências”, livro que reúne diversas contribuições para o debate de temas relativos ao cenário de diversidade e de pesquisas e abordagens teóricas descolonizadoras. Os capítulos da obra são resultantes de artigos e divulgação de investigações ancorados no campo da Sociologia, mas que dialogam com outras áreas do saber, como história, ciência da saúde, direito, comunicação, dentre outros.

Da mesma forma que o conceito central do livro é de origem e de debate múltiplo, as pesquisas que reforçam o conceito das Ausências às Emergências também são de localidades distintas, reforçando o caráter cosmopolita da pesquisa. Assim, as contribuições da presente obra não se encerram no cenário de excelência em pesquisa nas instituições privadas e públicas do Brasil, mas ultrapassam os limites nacionais para reunir também pesquisas desenvolvidas no eixo ibérico, em especial em universidades e centros de pesquisas de Lisboa, Braga e Madrid.

O quadro final é o de um livro com múltiplos olhares científicos que aprofunda olhares sobre temas como democracia racial, a luta das Mães de Acarí por justiça, a ética do cuidado, a identidade laboral, questões ambientais, e até a necessária inclusão da Sociologia no currículo básico de ensino. A relevância dos temas, a profundidade das análises e o rigor das investigações tornam a coletânea “Sociologia: Das Ausências às Emergências” uma leitura fundamental para o debate dos assuntos invisibilizados socialmente, e para quem busca tornar presentes e reais os assuntos ausentes.

Alexsandro Teixeira Ribeiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A CRISE DA MODERNIDADE OCIDENTAL E A PÓS-MODERNIDADE NO PENSAMENTO SOCIOLOGICO DE BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS	
Rodrigo Davi Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.7072115041	
CAPÍTULO 2	17
A DEMOCRACIA RACIAL COMO UM PROJETO DE PLANIFICAÇÃO SOCIAL NO PENSAMENTO DE GUERREIRO RAMOS	
Nikolas Gustavo Pallisser Silva	
Alan Caldas	
DOI 10.22533/at.ed.7072115042	
CAPÍTULO 3	38
EL IMPACTO RELACIONAL DE LA POBREZA EN LA INFANCIA Y LA ADOLESCENCIA APORTES DESDE EL ANÁLISIS DEL BIENESTAR DE LA INFANCIA EN ESPAÑA 2007-2015	
Gonzalo de Castro Lamela	
Clarisa Giamello	
DOI 10.22533/at.ed.7072115043	
CAPÍTULO 4	52
O REGIME DE PODER E O CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID-19: UMA ANÁLISE DE MICHEL FOUCAULT À ACHILLE MBEMBE	
Diego Borges Cordeiro	
DOI 10.22533/at.ed.7072115044	
CAPÍTULO 5	67
MISSÕES DE PAZ DA ONU SOB A PERSPECTIVA DA ÉTICA DO CUIDADO	
Claudia Santos	
Marlene Tamanini	
DOI 10.22533/at.ed.7072115045	
CAPÍTULO 6	83
DA EMERGÊNCIA DO PROBLEMA AMBIENTAL À EMERGÊNCIA DO AMBIENTE NA SOCIOLOGIA	
Nuno Manuel dos Santos Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.7072115046	
CAPÍTULO 7	98
DE DENTRO E DE FORA: ESTRATÉGIAS DE PERTENCIMENTO E PERMANÊNCIA EM UMA COMUNIDADE RURAL NO LITORAL NORTE DA BAHIA	
Diana Anunciação Santos	
DOI 10.22533/at.ed.7072115047	

CAPÍTULO 8	110
ENTRE PORTUGAL E ESTADOS UNIDOS: O IMPACTO DAS DESIGUALDADES EM DUAS ROTAS DO PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS	
Rovênia Amorim Borges	
Renísia Cristina Garcia-Filice	
DOI 10.22533/at.ed.7072115048	
CAPÍTULO 9	125
ESPACIALIDADES DO ESPIRITUAL NA PINTURA PÓS-MODERNA: CONTRIBUTOS PARA O ESTUDO DO TRANSCENDENTAL MÍSTICO NA LINGUAGEM PICTÓRICA DA OBRA DE ARTE	
Salomé Marivoet	
DOI 10.22533/at.ed.7072115049	
CAPÍTULO 10	140
SIGILO PROFISSIONAL EM EQUIPES INTERPROFISSIONAIS: ALGUMAS REFLEXÕES	
Isabela Sarmet de Azevedo	
Bárbara Carlos Souza	
Juliana Manhães Fernandes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.70721150410	
CAPÍTULO 11	152
FORMAÇÃO DOCENTE E MERCADO DE TRABALHO: A INSERÇÃO DOS EGRESSOS DA LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS CDSA/SUMÉ NO MERCADO DE TRABALHO NO PERÍODO DE 2013 A 2017	
Edmilson Cardoso da Silva	
Diane Ângela Cunha Custódio	
Ana Lúcia Nery Sabath	
DOI 10.22533/at.ed.70721150411	
CAPÍTULO 12	166
MOVIMENTOS SOCIAIS E CLASSES SOCIAIS NA COSTURA	
José Guirado Neto	
DOI 10.22533/at.ed.70721150412	
CAPÍTULO 13	180
O HISTÓRICO DAS LUTAS PELA INSERÇÃO DA SOCIOLOGIA NO CURRÍCULO BÁSICO DE ENSINO BRASILEIRO: REFLEXÕES ACERCA DO ENGAJAMENTO DA COMUNIDADE ACADÊMICA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS	
Suelén Alves da Silva	
Sabrina da Silva Sousa	
Marco Aurélio Neves	
DOI 10.22533/at.ed.70721150413	
CAPÍTULO 14	193
UMA TIPOLOGIA DOS ESTUDOS SOBRE O PODER LOCAL NO BRASIL: CAPITAIS, ESTRUTURAS E INSTITUIÇÕES	
André Barsch Ziegmann	
DOI 10.22533/at.ed.70721150414	

CAPÍTULO 15.....	207
DESMISTIFICANDO UM CLAMOR SOCIAL CRIMINOSO E CRIMINALIZANTE	
Rafaela Lourenço da Silva	
Alexandra Lourenço	
DOI 10.22533/at.ed.70721150415	
CAPÍTULO 16.....	220
A LUTA DAS MÃES DE ACARI POR JUSTIÇA	
Dandara Vicente Soares	
DOI 10.22533/at.ed.70721150416	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	232
ÍNDICE REMISSIVO.....	233

CAPÍTULO 3

EL IMPACTO RELACIONAL DE LA POBREZA EN LA INFANCIA Y LA ADOLESCENCIA APORTES DESDE EL ANÁLISIS DEL BIENESTAR DE LA INFANCIA EN ESPAÑA 2007- 2015

Data de aceite: 01/04/2021

Data de submissão: 15/01/2021

Gonzalo de Castro Lamela

Fundación Educación y Cooperación (EDUCO)

Clarisa Giamello

Fundación Educación y Cooperación (EDUCO)

Este artículo está basado en una comunicación presentada en el XII CONGRESO ESPAÑOL DE SOCIOLOGIA “Grandes transformaciones sociales, nuevos desafíos para la sociología”, 2016, Gijón, Asturias, España.

RESUMEN: La investigación reciente en bienestar de la infancia, basada en lo que piensan y valoran niñas y niños, destaca que la satisfacción con las relaciones interpersonales es el ámbito de más peso a la hora de evaluar su satisfacción global con la vida. Ello corrobora afirmaciones como que el bienestar se origina en la calidad de las relaciones, o más aún, que no se trata de algo que pertenece a los individuos sino algo que sucede en la relación con otros. En países del Sur y Norte Global se evidencia que lo que preocupa a niñas y niños no es la falta de recursos per se, sino la exclusión de actividades que otros parecen dar por sentadas, y la vergüenza por no poder participar en igualdad de condiciones. Se trata de procesos que refieren a la humillación, vergüenza, autoexclusión, estigmatización y baja autoestima, así como un estrechamiento gradual de sus horizontes sociales y económicos,

que desembocan en bajas expectativas vitales. Se trata de “sutiles etiquetas” de la pobreza expresadas por niñas y niños, que reflejan el hecho y la percepción de quedar al margen de sus pares. Se trata del impacto relacional de la pobreza en la infancia.

PALABRAS CLAVES: Bienestar, infancia, derechos de la infancia, pobreza, bienestar relacional

ABSTRACT: Recent research on child wellbeing, based on what children think and value, asserts that satisfaction with interpersonal relationships is the area that most heavily influences children’s overall life satisfaction. This corroborates claims that wellbeing is born of the quality of relationships, or that wellbeing is not something that belongs to individuals but rather is something that occurs in relationship to others. Evidence from the Global North and South reveals that what concerns children is not lack of resources, per se, but rather their exclusion from activities that other children appear to take for granted and the embarrassment and shame at not being able to participate on equal terms with others. These are processes that refer to humiliation, shame, self-exclusion, stigmatization and low self-esteem, and a gradual narrowing of its social and economic horizons, which refer to lower life expectations. These are subtle badges of poverty expressed by children, reflecting the fact and their perception of being apart from their peers. This is the relational impact of child poverty.

KEYWORDS: Wellbeing, childhood, child rights, poverty, relational wellbeing.

1 | INTRODUCCIÓN. EL PODER DE LAS RELACIONES HUMANAS EN EL BIENESTAR DE LA INFANCIA

Las teorías del Desarrollo han mostrado tradicionalmente un interés por la evaluación de las condiciones de vida, supervivencia y cobertura de necesidades, que ha determinado la investigación y también los fundamentos de la acción social y las prácticas del desarrollo. Ello ha marcado las formas de abordar y comprender la cuestión social de la pobreza y el bienestar de niñas, niños y adolescentes. En la última década, los Estudios del Desarrollo han mostrado evidencias e información útil sobre una serie de aspectos relevantes para el análisis de la situación de la infancia, desde una comprensión del Desarrollo entendido como Bienestar y realización de los derechos establecidos en la Convención de Derechos de la Infancia (CDN) de 1989.

De acuerdo a lo anterior, esta comunicación tiene dos objetivos. El primero es valorar la pertinencia del enfoque 3D de bienestar humano para analizar la situación de la infancia en España, y presentar los avances de la investigación realizada desde la Fundación Educo. Dicho enfoque establece una primera **dimensión material** del bienestar que apunta a ‘qué recursos tienen a disposición’ las personas. Esta dimensión material, que refiere a información relativa a la evaluación de ingresos o recursos a disposición por parte de niñas y niños o de los hogares con hijos a cargo, a la carencia material y las tasas de mortalidad infantil, escolarización o abandono escolar, entre otras, aparece como necesaria, pero no suficiente, para este análisis.

Una segunda **dimensión relacional** se centra en analizar ‘qué pueden ser y hacer niñas y niños con los recursos que tienen a disposición’, y remite a cuestiones de acceso o discriminación, de participación o exclusión en relación a los recursos a disposición. También observa la capacidad de ser parte o influir en las decisiones que les afectan. O asimismo valora la calidad de las relaciones humanas en el bienestar y la realización de Derechos. Una tercera **dimensión subjetiva** proporciona información valiosa sobre ‘qué piensan, valoran y sienten niñas y niños acerca de lo que pueden ser y hacer con los recursos a disposición’.

El segundo objetivo de la comunicación es la presentación del “**impacto relacional de la pobreza en la infancia y la adolescencia**”. Si bien es tema de investigación actual en estudios centrados en las zonas rurales de Etiopía o en slums de Dhaka (Bangladesh), los avances de investigación en España dan muestra también de este impacto a nivel de la infancia en general y en grupos especialmente vulnerables. Ya sea en países del Sur o del Norte Global, surgen percepciones de niñas y niños que podemos englobar como *sutiles etiquetas de la pobreza*, que confirman que lo que preocupa a los niños no es la falta de recursos per se, sino la exclusión de las actividades que otros niños parecen dar por sentadas, y la vergüenza por no poder participar en igualdad de condiciones con otras niñas y niños (Redmond, 2008).

Dichas evidencias relacionan la humillación, vergüenza, autoexclusión, estigmatización y baja autoestima, con un estrechamiento gradual de los horizontes sociales y económicos de niñas y niños, que desemboca en bajas expectativas vitales.

21 DE LAS CUESTIONES DEL TENER A LAS OPORTUNIDADES DE SER Y HACER

2.1 Al compás de una emergencia silenciosa

La pobreza se entiende y se mide hoy en los países de llamado Norte Global, a partir de las desigualdades domésticas. Así, el *riesgo de pobreza* refiere a la carencia de ingresos necesarios para satisfacer todas o parte de las necesidades básicas de acuerdo a un determinado tiempo y sociedad (EAPN:2014). Decir que *casi uno de cada tres niñas, niños y adolescentes vive en 'riesgo de pobreza' en España*, es referirse al 30,1% de las personas menores de 16 años en 2014 (INE:2016), porcentaje que llega a 35,4% si observamos el 'Riesgo de pobreza y exclusión social (Arope)' de las personas menores de 16 años en España en 2014 (Eurostat:2016).

Frente a lo anterior, es llamativo que el riesgo de pobreza se sitúe en torno a un 23,8% para las personas de 18 a 64 años, y en 11,4% para mayores de 64 (INE:2016). Así, la pobreza infantil se percibe como una *emergencia silenciosa* (Fanjul:2014) en la España del siglo XXI, donde se demuestra que **las desigualdades domésticas, al interior de los Estados, son el sello distintivo de nuestro tiempo** (Sumner:2013) y que la infancia constituye una generación especialmente vulnerable. Y ello ha sido así antes y después del inicio de 'La Gran Recesión' en 2008 para el caso español (Educo:2013). Diferentes investigaciones dan cuenta de la perpetuación de dicha dinámica desde fines de los años 90 hasta la actualidad, sin distinción de la orientación ideológica del gobierno central, ni de períodos económicos de crecimiento o de recesión.

A nivel de gobiernos sub-estatales, niñas y niños son la población con mayor riesgo de pobreza en todas y cada una de las Comunidades Autónomas (Educo: 2014a y 2015). Los últimos datos disponibles muestran que en Castilla- La Mancha un 40,8% de infancia está riesgo de pobreza y exclusión social, seguida por Extremadura (39,6), Andalucía (38,8%), Murcia (36,6) y Canarias (35,1%).

Desde 2013 los estudios de Educo sobre el bienestar de la infancia en España consideran tres factores clave que permiten sopesar la dimensión material del bienestar, o sea qué recursos tienen a disposición de niñas y niños. La investigadora Isabelle Maquet-Engsted (2012) señala la pertinencia de dicho análisis en países del contexto europeo en base a tres factores, siendo el primero las **características del hogar**. Así vemos que casi un tercio de los hogares con niñas y niños a cargo (31,4%) están en riesgo de pobreza. Y ello se agrava especialmente en la mitad de hogares monoparentales, o sea 800.000 familias en 2013. En los análisis que se referencian en esta comunicación se aprecia la

insuficiencia de una red de protección para las familias con hijos a cargo, así como la constatación de que el acceso y el tipo de tenencia de la vivienda de los hogares con hijos a cargo debe ser tomado como un factor específico de análisis de la pobreza infantil en el caso español.

El segundo factor es la **situación laboral de los cuidadores**, basada en cuenta la tasa de desempleo (24,44% en 2014), en la creciente precariedad y, en particular, la baja intensidad laboral de los hogares con hijas e hijos a cargo. Precisamente, cerca 14% de la infancia española vive en estos hogares, lo que equivale a 1.155.400 niñas y niños.

En tercer lugar, importan las **transferencias sociales** sin las que más de un 40% de la infancia estaría en riesgo de pobreza. No obstante, la eficacia de las mismas es baja en España en comparación con otros países (Educo: 2014a y 2015), determinando que, luego de considerar dichas transferencias, la tasa de riesgo de pobreza y exclusión social de las personas menores de 18 años sea de 31,6% (Eurostat: 2016).

Además de los tres factores determinantes de la pobreza infantil, y el cuarto factor que se propone de forma específica para el caso español, que es el **acceso y tipo de tenencia de la vivienda**, un quinto elemento cobra importancia en este último quinquenio: la **reducción del gasto en servicios sociales y su efecto en la Infancia**. La Asociación Estatal de Directores y Gerentes de Servicios Sociales constata un recorte en bienestar social entre 2010 y 2013 de más de 880 millones de euros, que es parte de su crudo diagnóstico de la situación social en España (García Herrero et al: 2015). “Debemos asumir que la situación refleja ya el nuevo modelo de sociedad” explica su informe, dibujando un presente y futuro marcados por la precariedad laboral, un sistema fiscal débil y regresivo, y un desmontaje de políticas sociales que se aleja de un tiempo de garantía de derechos y advierte un futuro cargado de viejos aires de beneficencia.

2.2 El bienestar de la infancia en 3D

En los informes sobre “El bienestar de la Infancia en España” de Fundación Educo, realizados entre 2013 y 2015, consideramos el bienestar infantil como la realización de los derechos de la infancia y de las oportunidades para que cada niña y niño pueda ser y hacer aquello que valora, a la luz de sus habilidades, potencial y talentos (Bradshaw:2007).

De acuerdo a lo anterior, el bienestar refiere a la interacción de tres dimensiones (IDS:2009). La primera refiere a los recursos que una persona o grupo de personas tienen a disposición a tales fines (**dimensión material**). En el caso de la infancia en particular, ello puede condicionar o propiciar la mejora del bienestar y la realización de los derechos de la infancia establecidos en la Convención de 1989 (ONU:1989).

A esta dimensión material hemos referido en el apartado anterior, siguiendo las categorías propuestas por Isabelle Maquet- Engsted (2012) para análisis en países de la Unión Europea. Los tres factores considerados por la investigadora permiten además realizar estudios comparados de la situación de la infancia en países europeos. Y para el

caso español en particular, la Fundación Educo ha destacado la importancia de otros dos factores específicos que merecen especial atención y una profunda investigación por sus efectos directos e indirectos en el bienestar de la infancia: la situación del acceso y tenencia de la vivienda, y los efectos de la reducción del gasto en servicios sociales a nivel estatal y de las CC.AA. entre 2007 y 2015.

Una segunda dimensión, de carácter relacional, refiere a qué puede hacer una persona con los recursos que dispone o tiene a disposición, así como qué es capaz de lograr con esos recursos, ya sea satisfacer sus necesidades o cumplir las metas que tienen razones para valorar. La **dimensión relacional** del bienestar en la infancia y la adolescencia remite a cuestiones de acceso o discriminación, de participación o exclusión en relación a los recursos a disposición, así como también al poder de decisión y participación sobre las cuestiones que les afectan.

De acuerdo a lo anterior observamos: (a) *cuestiones intrageneracionales* – personas o grupos especialmente excluidos o vulnerables en el ciclo vital de 0 a 18 años que analizamos en esta comunicación-, (b) *intergeneracional* – la infancia y la adolescencia como generación con mayor riesgo de pobreza y exclusión social, que se constata a nivel del Estado español y de cada una de las CC AA-, y (c) el tipo y calidad de las relaciones de la infancia y la adolescencia con el *poder político* y las instituciones en cuestiones que les afectan, o específicamente, en su participación en el proceso de elaboración de políticas públicas.

El análisis de la dimensión relacional ha captado el interés de la investigación social en torno a la importancia que otorgan niñas y niños a la calidad de sus relaciones humanas en relación a su satisfacción global con la vida. Precisamente, cuando referimos a *lo que piensan niñas y niños acerca de lo que pueden ser y hacer con los recursos a disposición*, estamos en la **dimensión subjetiva** del bienestar. Esta dimensión remite a las percepciones, evaluaciones y expectativas, así como al significado que ellas y ellos otorgan a las metas que alcanzan y a los procesos en que se involucran.

2.3 El precio del Bienestar de la infancia

No quererse uno mismo. Eso significa ser pobre. Suena muy de cuento, pero creo que esa es la mayor de las pobreza. Aparte, tienes que quererte para darte cuenta de que los demás te quieren, que mereces el amor que te dan. Si no... uff... la vida es dura.

Así lo explica Melanie (Donostia), que acaba de cumplir 18 años. Ya está en el paro y desde hace ocho años no ha ido de vacaciones con su familia, con quien convive. Ahora dejará de pertenecer al grupo más castigado por “la Gran Recesión” en que vive sumergida España desde 2007: la infancia y la adolescencia. Al menos eso dicen las estadísticas. Una de cada tres niñas y niños vive en riesgo de pobreza y exclusión social. Esta frase es casi un mantra que reiteran los medios masivos de comunicación, pero no ha hecho

mella en el sistema político. En esta última legislatura fueron presentadas 395 iniciativas en España. Sólo dos de ellas estaban directamente relacionadas a la situación de la infancia. Ninguna de las dos se aprobó (Fanjul:2014). Las niñas y niños no inclinan la balanza en las elecciones políticas, no son el presente. A lo sumo son el futuro, lo cual está mucho más allá de los cuatro años de un período de gobierno.

Melanie ahora podrá ejercer su derecho al voto y conducir vehículos, pero ya podía trabajar desde los 16 años. También casarse. Llegar a una barrera jurídica, como los 18 años, requiere un período previo de enseñanza, un tiempo materno y paterno dedicado a la crianza, de escucha atenta, de acompañantes y maestros. Un tiempo que las actuales sociedades de mercado subestiman. Así se desprende de opiniones y valoraciones de niñas y niños consultados por Educo (2015), a pesar de ser los herederos de un planeta entendido como un gran supermercado.

Las nativas y nativos del siglo XXI han recibido un claro mensaje de las generaciones anteriores: el dinero es el medio para lograr el bienestar. O más aún, el dinero es el fin, ya que luego lo demás es cuestión de dar con el precio. Ser grandes y activos consumidores es el camino del bienestar, el estatus y el prestigio, tal como lo reiteran la publicidad, la política y nuestras decisiones cotidianas. El actual capitalismo impaciente (Morin:2010) que sólo conoce dos sentimientos, la euforia y el pánico, se ha hecho completamente hostil a la construcción de la vida en los últimos 20 años (Sennett:2009), o sea precisamente en esta época en la que han desarrollado sus vidas, sus relaciones y sus expectativas las niñas, niños y adolescentes.

De esta forma, señalar que los adolescentes están en tierra de nadie, como lo apuntan algunos especialistas (Villalba:2015), es hablar de todas las crisis que se entrelazan hoy, que más que económica es también educativa, de aspiraciones, valores y relaciones, de creatividad y de tejido social. “Estamos más preocupados por frenar el estrepitoso fracaso a la hora de entrar en la Universidad o en la Formación Profesional, que no en trabajar en el aula a un nivel mucho más relacional, dándoles participación a ellas y ellos en todo lo que les compete” explica la especialista en trabajo social y servicios sociales de la Universidad Pablo de Olavide, Cristina Villalba.

2.4 De objetos a sujetos no-políticos. Las niñas y niños y las relaciones con el poder y las instituciones

La infancia es relegada en la toma de decisiones y no puede ejercer su derecho al voto. Su interés no cuenta y raramente pueden asumir un papel significativo en procesos políticos que les afectan (González Bueno:2015). Ésta es la situación actual, el *statu quo*, el poder de una *adultocracia* que subestima o ignora la opinión, los intereses e ideas de la generación más joven.

Dos ejemplos sirven de referencia para presentar esta cuestión. En primer lugar, el retardo de la puesta en marcha de los llamados “Informes previos de Impacto en la Infancia” (Unicef:2015), tema por el que actualmente abogan las organizaciones internacionales y

ONGs dedicadas a infancia. La normativa fue aprobada en 2015 pero aún no ha llegado a ponerse en práctica. Se trata de procesos de evaluación previos a la toma de decisiones de políticas, para que los organismos públicos responsables consideren cómo esa medida afecta a la infancia y sus derechos. Este tipo de informes existen ya para cuestiones medioambientales y también de género en España.

En segundo lugar, al estudiar la historia de los derechos de ciudadanía de la infancia, se observa que las niñas y niños han quedado definidos, implícitamente, como sujetos no-políticos. “Se tiene la idea de que los niños deben ser protegidos de la actividad política adulta, ya que podrían ser manipulados y adoctrinados para servir a fines ajenos a sus intereses” describe la socióloga especialista en Infancia, Lourdes Gaitán (2009)”. Pero los estudios actuales de bienestar muestran evidencias que ponen en tela de juicio la visión anterior basada en estereotipos. Una de las consultas más importantes realizadas en España a más de 6.000 niñas y niños entre 12 y 13 años (Bello *et al.*:2012), revela intereses y prioridades de este colectivo cargadas de sensatez y sentido del bien común.

Podemos observar por ejemplo que las primeras preferencias expresadas de forma mayoritaria en dicha investigación por niñas y niños participantes, al consultarles “¿Qué harían si pudieran decidir?”, referían a temas de bienestar *general* como: *que todo el mundo tenga algo para comer, asegurarme que todo el mundo tenga un hogar, conseguir la paz en todo el mundo, hacer que todos tengan suficiente dinero, asegurarme de que todos los padres tienen trabajo*. Un segundo bloque de preferencias agrupa respuestas sobre la importancia que dan a aspectos relacionales del bienestar, como: *estar siempre rodeado de amigos, estar más tiempo con mi familia, o asegurarme que nunca más volveré a estar solo*. Las últimas preferencias, y de forma claramente minoritaria, apuntan cuestiones relacionadas al bienestar individual y material como: *comprarme un ordenador, una videoconsola o dejar de ir a la escuela*.

Más que “proteger de la actividad política adulta” a niñas y niños, lo que parece salvaguardarse es a la actividad política adulta de este grupo social que representa el 18% de la población en España, para que no se entrometa con derecho a decidir en la determinación de prioridades y cuestiones políticas que les afectan. Se observa una partidocracia en la que no participan, y una adultocracia que les observa a través de ese *ojo blindado* desde el cual las personas adultas propiciamos una mirada de la infancia que no percibe, y menos aún cuestiona, lo que subyace tras ella.

Se trata de una **concepción adultocéntrica** de la relación de niñas y niños con la sociedad, basada en estereotipos. Se les considera en un proceso de maduración denominado “moratoria social”, un tiempo de espera hasta la edad adulta para el ejercicio de derechos. Pero como indican los expertos, ni desde el conocimiento científico o la experiencia cotidiana se sostiene que el ser humano resulta un producto acabado a determinada edad.

2.5 Lo que piensan y valoran niñas y niños: la dimensión subjetiva del bienestar

Resulta sorprendente que la opinión de las personas adultas con determinados servicios o condiciones de vida haya pasado a ser un tema políticamente muy importante, pero no ocurra lo mismo con las opiniones, percepciones y aspiraciones de niñas y niños. “Sólo los publicistas y especialistas en marketing de productos infantiles parecen interesados en estos datos” (Bello *et al*:2012).

La investigación en bienestar subjetivo de la infancia ha evidenciado en su corta trayectoria **resultados inesperados** sobre lo que piensan y valoran las generaciones más jóvenes como ser que la satisfacción con las relaciones interpersonales es el ámbito que más peso tiene a la hora de evaluar su satisfacción global con la vida.

El estudio de las relaciones humanas ha evidenciado el poder transformador y el papel integral que tienen las mismas en la mejora del bienestar. Ello ocurre, por una parte, desde un punto de vista **instrumental** pues ayudan a sobrellevar períodos de crisis económicas, tiempos de especial vulnerabilidad en el ciclo de vida, a generar canales de inserción al empleo, a grupos de pertenencia y acceso a recursos y servicios. También tienen un valor **intrínseco** ya que el hecho de tener contacto social, sentido de pertenencia o disfrute de relaciones de calidad es imprescindible para sentir que vivimos una vida buena (Ramírez:2015).

El ámbito relacional determina las **percepciones, expectativas y evaluaciones** que hacen los individuos acerca de su satisfacción vital y el propio sentido de vida, así como su capacidad de ser agentes de su propio desarrollo y bienestar. Así lo corrobora la investigación actual sobre bienestar de la infancia, con afirmaciones tales como que “es en la calidad de nuestras relaciones donde se origina el bienestar (Ramírez:2015)”, o más contundentes aun: “el bienestar no es algo que pertenece a los individuos, sino algo que sucede en la relación con otros (White:2009)”.

3 I EL IMPACTO RELACIONAL DE LA POBREZA

“La pobreza es no poder invitar amigos a casa porque me da vergüenza. La pobreza es la humillación para los niños en este país” (Fanjul:2014)

Humillación, vergüenza, autoexclusión, estigmatización y baja autoestima, así como un estrechamiento gradual de los horizontes sociales y económicos que desembocan en bajas expectativas vitales. La investigación social sobre bienestar subjetivo de la infancia muestra hoy evidencias del **impacto relacional de la pobreza** en niñas, niños y adolescentes. Se trata de “sutiles etiquetas de la pobreza que dejan a niñas y niños al margen de sus compañeros (Camfield:2010)”. El especialista en infancia, Gerry Redmond (2008) lo explica así:

Lo que preocupa a los niños no es la falta de recursos per se, sino la exclusión de las actividades que otros niños parecen dar por sentadas, y la vergüenza por no poder participar en igualdad de condiciones con otras niñas y niños.

Las evidencias han surgido en estudios sobre pobreza y bienestar de la infancia en países del *Sur Global*, pero emergen también evidencias del impacto relacional de la pobreza en el Norte Global. Como explica el investigador del Institute of Development Studies (IDS), Andy Sumner (2012), la pobreza y más aún la extrema pobreza está gradualmente cambiando de una cuestión de personas pobres en países absolutamente pobres a una cuestión de desigualdades domésticas. “Esto determina un replanteamiento del ‘problema’ de la pobreza en el mundo – reconoce Sumner-, en el que la comparación entre países pierde peso explicativo frente a la desigualdad a nivel estatal en términos de geografía, clase y etnia, y de quién paga impuestos, quién se beneficia del gasto público y de las oportunidades que genera el crecimiento económico”.

Los educadores sociales entrevistados para la investigación de Educo (2015), señalan que muchos niños no tienen acceso a agua caliente, ropa, o alimentos para desayunar. Tal como relata una educadora de la Asociación Entre Amigos de Sevilla, parte del trabajo de la organización se centra en estos apoyos para que *“no falten al cole por no tener ropa limpia o estar aseados. También se lavan los dientes (...) y un grupo de voluntarios los llevan a la clínica para arreglos. Son niñas y niños que con 8 o 10 años ya están perdiendo sus dientes fijos. Y ellos lo agradecen muchísimo, mejora su confianza”*.

A partir de los testimonios recogidos sobre percepciones y expectativas, se percibe la importancia de cuestiones relacionales como el acceso o la discriminación, la participación o la exclusión en relación a los recursos a disposición en una sociedad para proceder a un análisis del bienestar. También se evidencia la relevancia del trabajo social y de educación que llevan adelante servicios sociales públicos y organizaciones sociales. En ambos casos, como ya vimos, se verifica el recorte de recursos económicos de la Administración destinados a la atención de estos colectivos, así como la reducción del número de organizaciones sociales, que es inversamente proporcional al aumento de la demanda social. Los datos disponibles en Cataluña muestran que la demanda a las entidades pasó de 1.7 a 2.13 millones en el período de 2007 a 2011, en tanto el número de organizaciones se redujo en ese período de 7.500 a 6.800 (Anuari Catalunya:2013).

3.6 En busca de la autoestima: la dimensión relacional del bienestar

“En el pequeño mundo en el cual los niños viven su existencia, dice Pip en Grandes esperanzas de Charles Dickens, no hay nada que se perciba y se sienta con tanta agudeza como la injusticia. (...) Lo que nos mueve, con razón suficiente, no es la percepción de que el mundo no es justo del todo, lo cual pocos esperamos, sino que hay injusticias claramente remediables en nuestro entorno que quisiéramos suprimir”. Amartya Sen (2010)

Melanie (Donostia, 18) abre su vida en palabras y cuenta que ha vivido experiencias positivas, significativas, y también, grandes pequeñas tragedias. Como todos; como las de ningún otro. De sus recientes años de adolescencia valora especialmente el hecho de haberse integrado en una Casa de la Juventud. Encontró amistades con quienes hablar y compartir actividades que le han ayudado a reconocer el valor de comprometerse y cooperar. Disfrutó de la reflexión compartida, la escucha atenta y el acompañamiento de otras personas adultas más allá de su familia. Se trata de **referentes positivos** en la figura de educadores sociales o monitores que crean vínculos a partir de los intereses propios de niñas y niños, y que entrelazan trabajo grupal e individual más allá de la actividad en concreto.

Hablar de adolescencia es hablar de grupo, es hablar del sentido de pertenencia. *Pertenecer* es una forma de identificarse. Los educadores señalan que hoy el trabajo social es una forma de desarmar “**esa bola bien compacta de estigmas**” con que muchas niñas y niños llegan a esta etapa. Y no se trata sólo de una cuestión de condiciones de vida, de problemas de lo que consideramos bienestar material. En los últimos años, educadores como los de la Asociación Margotu (Bilbao) o Hezi Zerb (Donostia) perciben un incremento de necesidades afectivas, emocionales, de estimulación, además de necesidades materiales o de higiene. “No tenemos el ojo acostumbrado a ver este tipo de daños – explican-, más emocionales, menos visibles, pero que generan mucho daño. Incluso puede tratarse de familias con una posición social media alta, con ambos padres muy ocupados, bien posicionados a todos los niveles, y en las que el chaval esté en la mejor academia de inglés, y haciendo actividades deportivas incluso. Pero luego absolutamente abandonado y con un sufrimiento detrás importante. Vemos casos de **abandono emocional**”.

4 | CONCLUSIONES

“Cuando se habla de ingresos familiares o rendimiento educativo, la desigualdad es relativamente fácil de medir, sobre todo si se la compara con la desigualdad en otras dimensiones importantes del bienestar infantil como, por ejemplo, la escasez de oportunidades y expectativas, o de apoyo y estímulos por parte de los adultos”. Unicef (2010)

El objeto de esta comunicación se enmarca en la evolución que han tenido en las últimas dos décadas los enfoques de Bienestar Humano como espacio alternativo de investigación para la acción, frente al paradigma dominante del Desarrollo entendido como crecimiento económico. En particular, se parte aquí del enfoque 3D, que explica el bienestar de la infancia como la realización de los derechos de la infancia a partir de la interacción de tres dimensiones del bienestar– material, relacional y subjetiva-.

La investigación reciente en bienestar ha evidenciado en su corta trayectoria *resultados inesperados* sobre lo que piensan y valoran las generaciones más jóvenes. De

dichos resultados destaca en particular que la satisfacción con las relaciones interpersonales es el ámbito que más peso tiene a la hora de evaluar la satisfacción global con la vida. Esto sostiene afirmaciones como que “es en la calidad de nuestras relaciones donde se origina el bienestar” (Ramírez:2015), o que “el bienestar no es algo que pertenece a los individuos, sino algo que sucede en la relación con otros” (White:2009).

En así que tanto en países del Sur como del Norte Global surgen percepciones de niñas y niños que podemos englobar como *sutiles etiquetas de la pobreza*, que confirman lo que Redmond (2008) señalaba así: “lo que preocupa a los niños no es la falta de recursos per se, sino la exclusión de las actividades que otros niños parecen dar por sentadas, y la vergüenza por no poder participar en igualdad de condiciones con otras niñas y niños”.

Se trata de humillación, vergüenza, autoexclusión, estigmatización y baja autoestima, así como un estrechamiento gradual de los horizontes sociales y económicos que desembocan en bajas expectativas vitales. La investigación social sobre bienestar de la infancia muestra hoy evidencias del **impacto relacional de la pobreza** en niñas, niños y adolescentes.

Señalar la importancia que los enfoques de bienestar humano otorgan a las relaciones humanas no significa dejar de prestar atención a otros aspectos centrales en su evaluación, como las condiciones de vida y el acceso a recursos básicos para la supervivencia y desarrollo de las personas. Más aun en un momento histórico donde el hambre, la pobreza, la exclusión social y la polarización de las desigualdades presentan la cara más hipócrita del disfrute de los derechos humanos y el ejercicio del poder.

Los estudios de Bienestar de la infancia presentan una valoración multidimensional y más comprehensiva de las prácticas del desarrollo y la acción social en el punto donde confluyen a menos dos fines del desarrollo de amplio consenso en la actualidad. Por un lado, la construcción de sociedades más justas. Por otro, que las personas puedan realmente ser y hacer aquello que tienen razones para valorar.

AGRADECIMIENTOS

Esta comunicación se basa en la investigación y los cinco reportes desarrollados desde la Fundación Educación y Cooperación (EDUCO) entre 2013 y 2016 bajo la consigna “El bienestar de la infancia en España”. También a la riqueza de los materiales reunidos en torno al I Congreso Internacional “El Bienestar de la infancia y sus derechos. La protección a debate”, organizado por EDUCO en Madrid, 22-24 de octubre 2015.

Los agradecimientos también deben extenderse al Programa *University of Barcelona International Summer School* (UBISS), a *Els Julols* y a la Cátedra de Filosofía Teorética y Práctica de la Universitat de Barcelona (UB), en especial a la Dra. Begoña Román Maestre, por los cuatro cursos sobre “Cambio social y cooperación en el siglo XXI” desarrollados entre 2011 y 2014. Por último, agradecemos el espacio de intercambio y discusión de la

Red Multibien (Análisis multidimensional de las interacciones Universidad- Sociedad Civil en Iberoamérica en relación al Bienestar Humano), que entre 2018 y 2022 ha financiado el Programa CyTED (Fundación Iberoamericana de Ciencia y Tecnología).

REFERENCIAS

Abdallah, S. (2010) La revolución del bienestar. En: Del Viso, N. "Enfoques sobre bienestar y buen vivir. CIP- Ecosocial.

Anuari (2013) Tercer Sector Social Catalunya <http://anuaritercersectorsocial.cat/anuari-2013/publicacio/>

Bello, A. y Casas F.(coord.) (2012) Calidad de vida y bienestar infantil subjetivo en España. Universitat de Girona y Unicef. Unicef España.

Bradshaw, J. et al (2007): An index of child wellbeing in the European Union. Social Indicator Research 80. Pp. 133- 177.

Camfield (2010). Stew without bread or bread without stew: *Children's understandings of poverty in Ethiopia*. Children & Society Vol. 24. Pp. 271-281.

Cantó, O. y Ayala Cañón, L. (2014). Políticas públicas para reducir la pobreza infantil en España: Análisis de Impacto. Unicef.

Casas, F. (2015). Bienestar material y bienestar subjetivo. En "El bienestar, una conversación actual de la humanidad". Publicación Educo-UB-Icária.

De Castro, G. (2015). El bienestar, una conversación actual de la humanidad. Col. Cambio social y Cooperación (IV). Ed. UB- Educo- Icaria Editorial. Barcelona

De Castro, G. (2015) La humillación de ser niño pobre. Blog 3500, Diario El País. 13.10.2015

Deneulin, S. (2014a): Wellbeing, justice and development ethics. Ed. Routledge

Deneulin, S. (2014b) Crear ciudades más justas para la vida: una combinación del derecho a la ciudad y el enfoque de las capacidades. En Suárez, A.(Coord.): "Las villas de la ciudad de Buenos Aires. Territorios frágiles de inclusión social". Pp. 260.

Dubois Migoya, Alfonso (2008); El debate sobre el enfoque de las capacidades: las capacidades colectivas. Araucaria, N° 20, pp. 35-63.

EAPN (2014). Dossier de pobreza EAPN España

Educo (2015) Los datos no mienten, las niñas y los niños tampoco. El poder transformador de las relaciones en la infancia y la adolescencia. La dimensión relacional del bienestar. Serie: El bienestar de la infancia en España 2015. Ed. Fundación Educo

Educo (2014a). Niñas y niños, los más vulnerables en todas las Comunidades Autónomas. El bienestar de la infancia en España 2014.Fundación Educo.

Educo (2014b). ¡Es que no me lo habías preguntado antes! Lo que niños y niñas dice: la dimensión subjetiva del bienestar. Fundación Educo

Educo (2013). La regresión de derechos de la infancia en España 2007- 2013. Fundación Educo

Eurostat (2016). People at risk of poverty or social exclusion by age <http://ec.europa.eu/eurostat/web/income-and-living-conditions/data/database> {15.03.2016}

Fanjul, G. (2014) The silent emergency of child poverty in Spain. TEDxMadrid

Gaitán L. (2010). Ser niño en el siglo XXI. En Cuadernos de Pedagogía N° 407

Gaitán, L. (2009) El ejercicio del voto en el marco de los derechos de la infancia. Revista de estudios de Juventud. 2009. N° 85.

García Herrero, G. et al (2015). Informe sobre el estado social de la nación ¿y si ya hemos salido de la crisis...?. Ed. Asociación Estatal de Directores y Gerentes de Servicios Sociales.

González Bueno, G.; Truño, M. (2015). **¿Y si le preguntamos a los niños por las leyes que les afectan?** Blog 3500 Millones. El País.

GSIA (2014). La imagen actual de la infancia. Documento técnico.

IDS- Institute of Development Studies (2009): After 2015, '3D Human wellbeing'. IDS focus policy briefing 9.2. <https://www.ids.ac.uk/files/dmfile/IF9.2.pdf>

INE (2016). Tasa de riesgo de pobreza por edad <http://www.ine.es/jaxiT3/Datos.htm?t=9958> [21.03.2016]

Maquet- Engsted, I. (2012) Enhancing the fight against child poverty in the European Union. A benchmarking exercise. En: Alberto Minujin and Shailen Nandy (2012): Global child poverty and wellbeing. Ed. Policy Press.

Minujin, A. y Nandy, S. (ed.) Global child poverty and well-being. The Policy Press: Reino Unido, 2012.

Morin, E.; Viveret, P. (2011). Cómo vivir en tiempos de crisis. Ed. Mas madera, IcariaEditorial.

ONU (1989): Convención de Derechos del Niño. https://www.unicef.es/sites/www.unicef.es/files/CDN_06.pdf; Ratificación Reino de España: <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-1990-31312>

Otano, G. (2015). *La libertad como relación social. Una interpretación sociológica del enfoque de las capacidades de Amartya Sen*. En "Revista Iberoamericana de Estudios del Desarrollo". Vol. 4 N° 1. Pág. 98-127. Ed. REEDES.

Ramírez, V. (2015). El papel del bienestar y las relaciones humanas en las políticas sociales. En De Castro G. (Coord.) "El bienestar, una conversación actual de la humanidad". Educo-UB-Icária

Redmond, G. (2008). *Children's perspectives on economic adversity: a review of the literature*. Innocenti discussion paper 2008-01. Unicef.

Sen, A (2010) *La idea de la justicia*. Ed. Taurus

Sennett, R. (2012). *Juntos. Rituales, placeres y política de cooperación*.

Sennett, R. (2009). Richard Sennett: "El capitalismo se ha hecho hostil a la vida" . Lavanguardia.com

Spencer, L.; Williams, G.; Stevens, L. (2015): *Traidcraft: assessing human flourishing*. En White, S.: "Wellbeing and quality of life assessment".

Sumner, A. (2012) *Beyond the MDGS – The Post 2015 Development Agenda: What Is The Global Poverty 'Problem', How Is It Changing and What Does That Mean for Any New MDGS?* En: "Desafíos de los Estudios del Desarrollo: Actas del I Congreso Internacional de Estudios del Desarrollo". REEDES, 2012.

Unicef (2015) *Guía metodológica para la elaboración de los informes previos de impacto en la infancia y la adolescencia*. https://www.unicef.es/sites/www.unicef.es/files/guia-web_0.pdf

Unicef (2010) *Los niños dejados atrás*. Report Card nº9.

Villalba, Cristina (2015) *Entrevista Educo. Proyecto Informe "El bienestar de la infancia 2015"*

White, S. (2015): *Wellbeing and quality of life assessment. A practical guide*. Ed. Practical Action Publishing

White, S. (2009) *Bringing wellbeing into development practice*. WeD 09/50.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abandono Emocional 47
Achille Mbembe 6, 52, 53, 62, 64
Antropologia 33, 34, 89, 109, 182, 186, 187, 223, 230

B

Base Nacional Curricular Comum 185

C

Ciência sem Fronteiras 7, 110, 111, 114, 121, 122
Classes Sociais 7, 29, 122, 166
Comunidades Rurais 98, 99, 104
Consciência Ecológica 83, 86, 89, 95
Costureiros 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 175, 176, 178
Crimes contra a honra 207, 213, 214
Crise da modernidade ocidental 6, 1, 2, 10
Currículo básico 5, 7, 180, 181, 190

D

Deleuze 52, 64, 129, 138
Democracia racial 5, 6, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 30, 31, 33, 34, 37
Desigualdade Social 15, 113, 223
Direitos da infância 209, 219
Ditadura Civil-Militar 177, 223, 224

E

Ecologia de saberes 1, 2, 3, 7, 12, 16
Escola de Chicago 83, 90, 91, 95
Espiritualidade 125, 126, 127, 129, 132, 135, 137, 138, 139
Estado Democrático de Direito 207, 208, 214, 218
Ética do cuidado 5, 6, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 79, 80
Ética profissional 69, 141, 142, 143, 145, 147, 148, 150

F

Favela de Acari 220, 222

G

Gilberto Freyre 19, 21, 23, 34, 36, 197, 205

H

Human Exemptionalism Paradigm 91

I

Interseccionalidade 110, 112, 119, 121, 122

M

Mães de Acari 8, 220, 221, 222, 226, 228, 229, 230, 231

Memória Coletiva 98, 100, 106, 108, 109

Mercado de trabalho 7, 152, 154, 155, 156, 157, 160, 162, 163, 164, 224

Michel Foucault 6, 52, 53, 58

Mobilidade Espacial 98, 106, 107, 108

Modelo Patriarcal 212, 215

Movimento Negro 111, 112

N

New Environmental Paradigm 83, 91

Nova Era 125, 126, 128, 129, 130, 132, 135, 137, 138

P

Pós-modernidade 6, 1, 2, 6, 7, 11, 15

Projetos Intervencionista 98

Q

Quilombo 19, 23, 35, 36

R

Regime de Poder 6, 52, 53, 57, 63

Relativização 25, 136, 140, 141, 144

S

Sigilo Profissional 7, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151

Sul Global 1, 2, 3, 5, 6, 7, 16

T

Teoria Moral 69, 70, 71, 79, 81





Teoria Política 56, 193

V

Violência contra a mulher 207, 208, 219

SOCIOLOGIA:

Das Ausências às Emergências

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

 **Atena**
Editora

Ano 2021

SOCIOLOGIA:

Das Ausências às Emergências

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br